

***Chuvas torrenciais elevam valores pagos em diversas modalidades de seguros. Nos patrimoniais, representaram metade das indenizações pagas de 2022***

A população brasileira desenvolveu ao longo dos anos um saudável sentimento de alívio pelo fato de a geologia do País não ser suscetível a determinados fenômenos extremos, como terremotos de elevadas magnitudes, erupções vulcânicas, tsunamis, furacões devastadores e tufões, que atingem todos os anos os litorais da América do Norte, Caribe e países da Ásia.

Contudo, a combinação das mudanças climáticas com a ocupação desordenada do solo e os baixos investimentos sistemáticos em infraestrutura, seja na ampliação, seja na manutenção, tem sido responsável por desastres cada vez mais frequentes no País, geralmente provocados pelas chuvas de verão. Os deslizamentos e inundações tiram vidas, soterram e destroem moradias, além de danificar e interditar rodovias essenciais para a circulação de mercadorias.

Alguns exemplos entraram tragicamente para a História, começando pelo temporal da Região Serrana do Rio de Janeiro em 11 de janeiro de 2011. Mais de 900 pessoas perderam suas vidas nos deslizamentos e enchentes daquela que é classificada por especialistas como a maior catástrofe climática e geotécnica do Brasil.

Pouco mais de dois anos antes, em novembro de 2008, incríveis 1.003 mm de chuvas em Blumenau e em todo o Vale do Itajaí provocaram quase três mil deslizamentos, ceifando 135 vidas e deixando quase dez mil desabrigados. Em 15 de fevereiro do ano passado, novo temporal na Serra Fluminense, desta vez concentrado em Petrópolis, deixou mais de 240 mortos e destruiu a principal área comercial da cidade.

Sem contar que os quase desconhecidos furacões, aqui chamados de ciclones, começam a se tornar familiares para os moradores da Região Sul do País, mesmo que ainda em proporções menos catastróficas do que seus similares das áreas acima mencionadas.

Em maio do ano passado, o ciclone subtropical Yazecan, com ventos de mais de 105 km/h, assustou os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, causando uma morte e deixando 220 mil gaúchos sem energia elétrica.

As estatísticas da indústria de seguros já captaram o crescimento de todos esses fenômenos. Segundo Jarbas Medeiros, presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Massificados da FenSeg, em 2022, a escalada da participação dos eventos climáticos no volume de indenizações de seguros patrimoniais alcançou 50% do total de R\$ 1,4 bilhão pagos no ano.

Fábio Silva, presidente da Comissão de Riscos de Engenharia da entidade, reforça: “Nos últimos anos, os alagamentos e inundações têm sido as principais causas de sinistros ocorridos em obras de engenharia e construções verticais, o que causou aumento da sinistralidade do seguro. Como consequência, vemos um mercado de seguro mais endurecido nos novos negócios”, disse.

**CHUVAS TORRENCIAIS**

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura (Sinicon), Cláudio Medeiros, não tem dúvida de que as mudanças climáticas estão tornando as chuvas cada vez mais torrenciais, com suas trágicas consequências. E ressalta que, na economia de um país que construiu sua infraestrutura de transportes centrada no modal rodoviário, as consequências assumem também proporções catastróficas.

“Com trechos muitas vezes interditados ou estradas em más condições de tráfego, há atraso na entrega de mercadorias de forma extremamente significativa. Cada produto transportado sofre um impacto diferente, e os custos de entrega podem ficar mais altos para os distribuidores e repassados ao consumidor final”, ressaltou.

Medeiros lembrou ainda que, em alguns trechos, o retorno à normalidade pode demorar meses, destacando que, neste começo de ano, estados-chaves para o abastecimento, como Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, têm sofrido com essas interdições forçadas de rodovias.

Na avaliação do presidente do Sinicon, para prevenir os efeitos deletérios das chuvas, “a principal providência a ser tomada chama-se manutenção, que já deveria estar prevista nos contratos de construção. Medeiros ressalta que o uso de tecnologias de última geração, como a Building Information Modeling (BIM), que conecta todas as áreas da construção e dá mais precisão aos projetos, é essencial, lembrando que sua utilização está expressamente prevista na nova Lei de Licitações e Contratos (nº 14.133).

A consultoria especializada Inter.B, que acompanha sistematicamente a evolução dos investimentos brasileiros em infraestrutura, mostra que o País vai mal tanto no quesito de manutenção como no da ampliação necessária à construção de uma sociedade de médio bem-estar.

Segundo a Carta de Infraestrutura mais atual (maio/2022), “parte significativa da infraestrutura do País tem de 30 a 40 anos e baixo nível de manutenção, levando a perdas de eficiência, elevados custos de operação dos ativos e risco não trivial de integridade física”.

Como consequência, nada menos do que 87,3% dos investimentos feitos em 2021 serviram apenas para repor o estoque de capital investido. A análise da Inter.B inclui, além da infraestrutura de transportes, as de energia, telecomunicações e saneamento.

Cláudio Medeiros destaca que, de 2016 para 2022, o orçamento do Ministério da Infraestrutura (extinto no atual Governo) caiu, em números redondos, de R\$ 10 bilhões para R\$ 5 bilhões, ressaltando que somente a manutenção da malha rodoviária federal demanda anualmente pelo menos o dobro deste valor.

“Cabe às entidades de classe do setor apoiar o desenvolvimento dessa consciência de previsão orçamentária, incluindo todas as probabilidades possíveis e impossíveis, ao longo dos anos de um contrato”, enfatizou.

## **HORA ERRADA**

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), Cláudio Hermolin, disse que o problema maior da intensificação das chuvas provocadas pelas mudanças climáticas para o setor da construção predial é a frequência com que elas estão chegando em períodos atípicos.

“Nos períodos já conhecidos de chuvas, normalmente a indústria busca adaptar seu cronograma para a não execução de determinados serviços. Porém, quando elas vêm em períodos atípicos, como tem acontecido, isso atrapalha, porque normalmente há uma programação de serviços para períodos secos e outra para períodos mais chuvosos”, explica.

Hermolin ressalta que a atipicidade não vem ocorrendo apenas em períodos do ano, mas também em horários nos quais não era habitual chover no passado. E aí a obra é onerada em diversos custos, desde a parada obrigatória da mão de obra contratada até a perda de materiais na obra ou o atraso da chegada por problemas nas rodovias.

O empresário destaca, entre as providências necessárias para a redução dos prejuízos dos temporais, a solução de problemas crônicos da sociedade brasileira. Começando pelo combate à ocupação desordenada de encostas e de margens de rios, causas maiores de desabamentos e enchentes, e o ataque ao eterno déficit brasileiro de saneamento básico que, entre muitas mazelas, resulta na acumulação de detritos nas redes pluviais e na potencialização das enxurradas.

## **BAIXA PROTEÇÃO**

A exposição crescente aos riscos climáticos acrescenta outra preocupação que, por enquanto, não tem aparecido entre as maiores enfrentadas pela sociedade: o risco de perdas patrimoniais decorrentes desses eventos. Segundo Jarbas Medeiros, da FenSeg, apenas 17% das residências no Brasil atualmente estão protegidas por uma apólice. A conta não incluiu os condomínios, legalmente obrigados a ter seguro.

Medeiros disse que a falta de proteção, na maioria das vezes, resulta de desconhecimento da população de que a compra de uma apólice é mais acessível do que se imagina e que, na média, o seguro de uma residência padrão no Brasil custa R\$ 600 por ano, ou R\$ 50 por mês, com variações, dependendo da região. Ele faz um alerta:

“Não é uma questão política, é científica e numérica: a gente observa com fatos e dados que os eventos climáticos são cada vez mais frequentes”. E exemplifica com os ciclones, antes praticamente desconhecidos. “Agora, a cada dois ou três anos acontece um ciclone no Sul do Brasil”. Por isso, a região já é a que tem o seguro residencial mais caro do País.

Fábio Silva, da Comissão de Riscos de Engenharia, retoma o problema dos baixos investimentos em infraestrutura, chamando atenção para a queda dos investimentos públicos em segmentos como transportes, logística e saneamento.

Os dados da Inter.B mostram que, em 2010, o Brasil investiu 2,46% do PIB em infraestrutura, sendo 1,41% do setor público. Em 2021, os números caíram, respectivamente, para 1,73% e 0,59% do PIB, e a projeção para 2022 apontava 1,71% e 0,57%, na mesma ordem.

“Com a recente queda do investimento público nesses setores, acabamos dependendo de investimentos privados realizados via concessões, porém, essas alocações ainda são muito tímidas em relação às necessidades do País”, aponta Silva.

[Matéria publicada originalmente na Revista de Seguros 924](#)

**Fonte:** CNseg, em 25.04.2023